

Membra

Na corrida ao ouro, não há sexo fraco

Por Argunaldo Nhampossa

No distrito de Membra, província de Nampula, norte de Moçambique, a luta pela sobrevivência não distingue homens nem mulheres, muito menos a caça ao ouro. O garimpo é um negócio familiar, porque é o que traz pão em casa.

Mulheres macuas, destemidas, sem "mussiro" no rosto, mas com pá nas mãos, cavando a terra até pelo menos 2,5 metros de profundidade, lado a lado com colegas do sexo masculino, que procuram ouro para a sobrevivência.

Marido e esposa, mãe e filhos e avó e netos revezam-se na luta pelo "ouro de cada dia".

"A agricultura garante-nos alguns produtos para alimentação por um determinado período, mas os produtos levam o seu tempo para amadurecer. No garimpo, o dinheiro é imediato e conseguimos comprar outras coisas necessárias para levar a vida para frente", narra Argentina José, explicando a aposta no garimpo.

O argumento da Argentina José, 22 anos, é comum a quase todas as mulheres que se dedicam à mineração ilegal na povoação de Namajuba, posto administrativo de Mazua, a 100 km da vila sede do distrito de Membra.

Mãe de três filhos, Argentina dedica-se àquela actividade desde 2013, fazendo dupla com a sua cunhada Antonieta Raimundo, 19 anos.

Debaixo de sol escaldante, as duas mulheres pegam em pás e vão cavando a terra até um máximo de 2,5 metros de altura. A perfuração do poço pode levar dois a três dias, com intervalos para lavar o cascalho, à procura de ouro.

"Já encontrei ouro por diversas vezes, mas em quantidades pequenas, que nunca passam um grama. Vendi e dividi o dinheiro com a minha cunhada", conta.

Os ganhos da venda do ouro foram canalizados para a compra de roupa para os filhos, material escolar, utensílios de casa entre outros. Visto que não há iluminação na povoação, aponta como próximo desafio poupar cinco mil meticais para comprar um painel solar.

Antonieta Raimundo, que ainda não tem filhos, diz ter optado pelo garimpo por ser única ocupação que lhe pode trazer dinheiro e para ajudar os seus progenitores nas despesas de casa.

"Tenho a 7ª classe feita. Não dei seguimento aos estudos por falta de condições para percorrer 30 quilómetros diários até à vila sede do posto administrativo de Mazua, onde podia continuar a estudar", diz.

Mariazinha Daúde não se recorda da idade. Trabalha lado a lado com o marido, Abdul Mussa. Diz que está no garimpo durante 12 horas e dedica uma parte do tempo à agricultura, de modo a ter tempo, à tarde, para confeccionar as refeições para a família em quantidades que permitam que haja uma marmita para o dia seguinte na mina.

O trabalho é duro, em média diária,



Argentina José e Antonieta Raimundo são cunhadas e juntas trabalham no garimpo

o casal lava sete sacos de cascalhos e nem todos os dias obtém o almejado ouro.

"O garimpo ajuda-nos na compra de utensílios necessários para casa e educação dos quatro filhos. A agricultura é importante para garantir a alimentação, mas nem sempre produzimos grandes quantidades, devido à falta de chuva", relata.

Uma vez encontrado o ouro, continua, seguem caminho para o mercado local para a venda. Um miligrama de ouro custa 200 meticais enquanto um grama ronda os 2.000 meticais. "Um preço justo", nota. Uma vez que o minério é esgotável, Mariazinha diz que quer iniciar um negócio com as poupanças do garimpo, para custear a educação dos filhos, depois de concluírem a 7ª classe.

Elisa Ismael, desconhece a idade, começou a trabalhar no garimpo em 2014, depois de ver o marido doente e precisar de dinheiro para custear as despesas dos tratamentos.

Mas como o garimpo não é para uma pessoa apenas, teve de envolver os filhos e netos, alguns menores de idade e até hoje não desgrudam do trabalho.

"Consegui dinheiro para levar o meu marido ao hospital e comprar medicamentos graças ao garimpo, pois caso contrário, teria me envolvido em dívidas ou o meu marido teria perdido a vida por falta de alguém para me emprestar o valor", destaca.

No povoado de Namajuba, há duas minas de garimpo, uma aberta para os membros da comunidade e outra exclusiva para a Associação Mineira de Namajuba (AMINA), que está a cinco quilómetros da primeira.

A Associação AMINA surgiu como resposta a uma recomendação da antiga governadora de Nampula, Cidália Chauque, aos garimpeiros artesanais, que teimavam em praticar aquela actividade depois de se ter decretado o seu encerramento em Maio de 2014, em consequência do desabamento da mina, que resultou na morte de 10 pessoas.

Por ver a relutância dos garimpeiros,

que alegavam que aquela era a sua única fonte de rendimento, a governante recomendou-os a criarem uma associação de modo que a exploração fosse feita de forma organizada.

Um ano depois conseguiram obter uma senha mineira que lhes possibilitou o retorno à actividade. A próxima batalha da associação é a obtenção do título mineiro. Queixam-se de o processo não estar a ser fácil.

Actualmente, a AMINA conta com 165 membros, cuja maioria é sobrevivente do desabamento, dos quais 13 são mulheres. Diferentemente das que operam na mina da comunidade, as mulheres que integram a associação têm a missão de cozinhar, buscar água num riacho próximo para encher cinco tambores e ainda ajudarem no processo de esmagar as pedras e lavar o cascalho. O garimpo da associação é feito nas rochas, o que pressupõe fazer perfurações, até mais de 15 metros de profundidade. Maria Vasco é a líder da equipa das mulheres e aponta que decidiu integrar o grupo como forma de aumentar os rendimentos da família, cujo chefe é alfaiate.

De 40 anos de idade, Vasco diz que as mulheres estão subdivididas em três grupos, que trabalham dois dias e folgam três para que possam ter tempo para outros afazeres de casa. Nos dias em que estão escaladas, a jornada laboral termina às 16:00 horas, enquanto a dos homens só termina quando chega o grupo que vem fazer a rendição do turno.

O seu maior sonho é o surgimento de uma multinacional para explorar ouro naquele ponto e que empregue todos os garimpeiros, pois, julga que só assim a vida daquelas comunidades pode melhorar. Entende que, no âmbito da responsabilidade social, uma multinacional pode contribuir com a implantação de infra-estruturas básicas.

Esménia Jaime, 22 anos, é outra integrante do grupo e é filha do presidente da Associação, Lopes Alberto. Tem três filhos e diz que optou por trabalhar na mina, para ajudar o ma-

rido nas despesas da família, sendo que o marido desenvolve o garimpo na mina da comunidade. Além de cozinhar nos dias em que é escalada, tem a missão de tirar água para o consumo, visando lavar o cascalho, sendo que antes é esmagado num pilão metálico.

A operar desde 2015, os membros da AMINA dizem ter já aberto sete poços no meio das rochas e ainda não acharam ouro, mas desistir não faz parte do vocabulário.

Um das razões para a persistência é o facto de terem um financiador, mas declinam tecer qualquer comentário sobre as modalidades de apoio e a respectiva nacionalidade.

Do povoado de Namajuba, o SAVANA seguiu rumo ao povoado de Nivale que dista a 25 quilómetros deste ponto, concretamente na região mineira de Retene.

Machambas deitadas abaixo para a prática do garimpo é o cenário que salta à vista logo à primeira. Regra geral, os garimpeiros partilham uma parte do ouro obtido com o dono da terra.

Angélica Ali Hassane não se deixa abater pela idade avançada e, juntamente com o marido, tem travado a diária batalha de cavar a terra e tirar cascalho para ver se encontra ouro. É a primeira aventura no garimpo.

Encontramos Hassane quando iniciava as escavações do poço e lamentava as baixas quantidades do minério que se registam nos últimos tempos. Mesmo assim não fica desmoralizada, pois o principal objectivo é ganhar dinheiro com a venda do produto para garantir a sobrevivência.

Neste ponto, um miligrama de ouro custa 300 meticais e um grama 3.000 meticais, preços que, de acordo com a nossa fonte, estão a baixar, uma vez que esteve nos 400 ou 500 meticais o miligrama. Já adquiriu um painel solar para iluminar a casa e, como sonhar não é proibido, sonha em construir uma casa de alvenaria e melhorar a sua qualidade de vida.

Negócio de alto risco

Há 10 anos como comprador de ouro do garimpo, Agostinho Albino é natural de Murrupula, província de Nampula, onde antes aprendera o trabalho. Ao longo do tempo, diz ter concluído que seria melhor ser comprador do que garimpeiro por esta actividade ser muito árdua.

Com pequenas quantidades de ouro, começou a comprar o minério dos seus antigos colegas, mas quando soube da existência de ouro no distrito de Membra decidiu abraçar um novo mercado.

Segundo Agostinho Albino, não faltam contrariedades, como em qualquer trabalho e o seu é de alto risco, porque pode levar à morte.

"Sofremos perseguições de bandidos que nos pretendem tirar o ouro para revenda. Já fui vítima de assalto, levaram ouro e dinheiro, mas como tenho outra actividade vou persistindo", relata.

Os clientes de Albino são atendidos na sua barraca feita de pau-a-pique com mistura de capim e caniço. Desde o assassinato do seu colega de profissão, passou a contar com informantes, que o avisam da presença de pessoas estranhas próximo da sua barraca.

Depois de comprar o ouro dos garimpeiros por 250 miligramas vai revendê-lo por preços que variam entre 300 a 320 meticais a mesma quantidade, quer para nacionais, quer para estrangeiros.

Wiston Calisto, técnico dos serviços distritais de actividades económicas, reconhece que o distrito regista uma grande corrida aos minérios por indivíduos de diversas nacionalidades, incluindo chineses, o que pressupõe que há muito dinheiro a circular que não entra nos cofres do Estado.

Apontou que, por se tratar de uma actividade ilegal, o governo distrital não dispõe de dados em relação a um universo de mulheres que estão envolvidas naquele trabalho, salvo em casos de desabamento de minas.

Assegurou que até ao momento ainda não houve registo de incidentes envolvendo mulheres, mas tem informação da existência de mulheres garimpeiras.

No governo provincial, o director dos recursos minerais, Olavo Deniasse, disse que o maior desafio do governo é estudar mecanismos viáveis para cobrar impostos, mas como se trata de uma actividade ilegal, há muito ainda por se fazer e de momento não se sabe por onde começar.

De momento, a prioridade é promover campanhas para desencorajar a prática da mineração ilegal, visto que está a ganhar terreno em detrimento da agricultura, o que pode colocar em causa a segurança alimentar das famílias.

Isto porque ao ritmo em que o garimpo está, ninguém estará disponível para praticar agricultura e pode se chegar a uma situação em que as populações têm dinheiro, mas não tem comida nem onde comprar. Há, porém, o risco de as famílias passarem fome, porque o ouro é um recurso esgotável.